

PC-PE

Delegado de Polícia



Editais verticalizados

Polícia Civil de Pernambuco

 O que cai
na prova

.....

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1 Direito constitucional. 1.1 Noções gerais, ciclos constitucionais.
- 2 Classificações das constituições.
- 3 Poder constituinte. 3.1 Fundamentos do poder constituinte. 3.2 Poder constituinte originário e derivado. 3.3 Reforma e revisão constitucionais. 3.4 Limitação do poder de revisão. 3.5 Emendas à Constituição. 3.6 Poder constituinte e revolução.
- 4 Controle de constitucionalidade. 4.1 Conceito e sistemas de controle de constitucionalidade. 4.2 Inconstitucionalidade: por ação e por omissão. 4.3 Sistema brasileiro de controle de constitucionalidade. 4.4 Arguição de descumprimento de preceitos fundamentais. 4.5 O fenômeno Jurídico da desconstitucionalização.
- 5 Interpretação constitucional.
- 6 Direitos e deveres fundamentais. 6.1 Direitos e deveres individuais e coletivos. 6.2 Direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. 6.3 Direitos sociais, nacionalidade, cidadania e direitos políticos. 6.4 Partidos políticos. 6.5 Garantias constitucionais individuais. 6.6 Garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos. 6.7 Remédios do direito constitucional. 6.8 Direitos Sociais e sua efetivação. 6.9 Tratados Internacionais de Direitos Humanos e sua posição no ordenamento jurídico brasileiro.
- 7 Poder legislativo: fundamento, atribuições e garantias de independência.
- 8 Processo legislativo: fundamento e garantias de independência, conceito, objetos, atos e procedimentos.
- 9 Poder executivo. 9.1 Forma e sistema de governo. 9.2 Chefia de Estado e chefia de governo. 9.3 Atribuições e responsabilidades do presidente da República.
- 10 Poder judiciário.
- 11 Funções essenciais à Justiça.
- 12 Defesa do Estado e das instituições democráticas.
 - 12.1 Segurança Pública. 12.2 Organização da segurança pública.
- 13 Atribuições constitucionais da Polícia Judiciária.

- 14 Ordem social.
- 15 Tratados e Convenções. 15.1 Convenção de Mérida. 15.2 Convenção de Palermo. 15.3 Convenção de Viena.
- 15.4 Pacto de São José da Costa Rica. 15.5 Tratado de Roma.
- 16 Conceito, objeto, elementos e classificações da Constituição. História das Constituições. Supremacia da Constituição.
- Aplicabilidade das normas constitucionais.
- Neoconstitucionalismo. Poder constituinte decorrente.
- 17 Organização do Estado. 17.1 Organização político-administrativa. 17.2 Estado federal brasileiro.
- 17.3 A União. 17.4 Estados federados. 17.5 Municípios. 17.6 O Distrito Federal. 17.7 Territórios.
- 18 Administração pública. 18.1 Disposições gerais. 18.2 Servidores públicos.
- 19 Organização dos poderes no Estado. 19.1 Mecanismos de freios e contrapesos. 19.2 Comissões parlamentares de inquérito.
- 20 Organização e competências.
- 21 Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
- 22 Funções essenciais à justiça. 22.1 Ministério Público. Princípios, garantias, vedações, organização e competências.
- Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).
- 23 Sistema Tributário Nacional. Princípios gerais.
- 23.1 Limitações do poder de tributar.
- 23.2 Impostos da União, dos Estados e dos municípios.
- 23.3 Repartição das receitas tributárias.
- 24 Finanças públicas. 24.1 Normas gerais.
- 25 Ordem econômica e financeira.
- 25.1 Princípios gerais da atividade econômica.
- 25.2 Política urbana, agrícola e fundiária e reforma agrária.
- 26 Sistema Financeiro Nacional.
- 27 Constituição do Estado de Pernambuco (artigos 101 a 105-B).

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1 Conceito e fontes do direito administrativo.
- 1.1 Regime jurídico administrativo: princípios do direito administrativo.
- 1.2 Princípios da Administração Pública.
- 2 Administração Pública: organização, descentralização, desconcentração, órgãos públicos.
- 3 Administração indireta e entidades paralelas.
- 4 Atos administrativos. 4.1 Conceitos, requisitos, elementos, pressupostos e classificação. 4.2 Fato e ato administrativo.
- 4.3 Atos administrativos em espécie. 4.4 O silêncio no direito administrativo. 4.5 Cassação. 4.6 Revogação e anulação.
- 4.7 Processo administrativo. 4.8 Fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos.
- 4.9 Formação do ato administrativo: elementos, procedimento administrativo. 4.10 Validade, eficácia e auto executoriedade do ato administrativo. 4.11 Atos administrativos simples, complexos e compostos. 4.12 Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais. 4.13 Atos administrativos gerais e individuais. 4.14 Atos administrativos vinculados e discricionários. 4.15 Mérito do ato administrativo, discricionariedade. 4.16 Ato administrativo inexistente. 4.17 Teoria das nulidades no direito administrativo. 4.18 Atos administrativos nulos e anuláveis. 4.19 Vícios do ato administrativo.
- 4.20 Teoria dos motivos determinantes. 4.21 Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo.
- 5 Poderes da administração pública. 5.1 Hierarquia: poder hierárquico e suas manifestações. 5.2 Poder disciplinar.
- 5.3 Poder de polícia. 5.4 Liberdades públicas e poder de polícia.
- 6 Serviços públicos: regulação, concessão, permissão e autorização do serviço público.
- 7 Intervenção do Estado sobre a propriedade privada. 7.1 Intervenção do Estado no domínio econômico.
- 8 Bens públicos. 8.1 Regime jurídico. 8.2 Aquisição e alienação dos bens públicos. 8.3 Formas de utilização dos bens públicos pelos particulares.

- 9 Licitações: modalidades e procedimentos.
- 10 Contratos administrativos.
- 11 Convênios e consórcios administrativos.
- 12 Controle e responsabilização da administração: controle administrativo, controle judicial, controle legislativo.
- 13 Agentes públicos: espécies e classificação.
 - 13.1 Cargo, emprego e função públicos.
 - 13.2 Formas de provimento e vacância dos cargos públicos.
 - 13.3 Responsabilidade civil, penal e administrativa.
- 14 Sistemas administrativos: sistema inglês, sistema francês e sistema adotado no Brasil.
- 15 Administração pública.
 - 15.1 Administração Pública em sentido amplo e em sentido estrito.
 - 15.2 Administração Pública em sentido objetivo e em sentido subjetivo.
- 16 Regime jurídico –administrativo. 16.1 Conceito. 16.2 Conteúdo: supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos. 16.3 Princípios expressos e implícitos da administração pública. 16.4 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.
- 17 Agências reguladoras.
- 18 Processo administrativo.
 - 18.1 Lei nº 9.784/1999.
- 19 Poderes e deveres da administração pública.
 - 19.1 Poder regulamentar. 19.2 Dever de agir. 19.3 Dever de eficiência. 19.4 Dever de probidade. 19.5 Dever de prestação de contas. 19.6 Uso e abuso do poder. 19.7 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.
- 20 Lei nº 8.987/1995.
- 21 Lei nº 11.079/2004 (parceria público– privada). 21.1 Disposições doutrinárias. 21.2 Conceito.
 - 21.3 Delegação: concessão, permissão e autorização.
- 22 Licitações e contratos administrativos. 22.1 Legislação pertinente.

- 23 Improbidade administrativa. 23.1 Lei nº 8.429/1992.
- 24 Processo Administrativo Disciplinar.
- 25 Lei nº 6.425/1972 - Estatuto do Policial Civil.
- 26 Lei nº 6.123/1968 - Estatuto do Servidor do Estado de Pernambuco.
- 27 Lei Complementar nº 137/2008.
- 33 Lei Complementar nº 317/2015.

DIREITO PENAL

- 1 Princípios e garantias penais fundamentais.
- 2 Direito penal e política criminal.
- 3 Evolução epistemológica do Direito Penal.
- 4 Escolas penais.
- 5 A lei penal. 5.1 Características, fontes, interpretação, vigência e aplicação. 5.2 Analogia.
- 5.3 Aplicação da lei penal no tempo e no espaço. 5.3.1 Lei penal excepcional, especial e temporária.
- 5.3.2 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal.
- 5.4 Irretroatividade da lei penal. 5.5 Imunidades.
- 5.6 Condições de punibilidade.
- 5.7 Concurso aparente de normas.
- 6 Teoria geral do crime.
- 6.1 Crime e contravenção penal, conceito, objeto, sujeitos, conduta, tipicidade, ilicitude e culpabilidade.
- 6.2 Bem jurídico.
- 6.3 O fato típico e seus elementos.
- 6.4 Causas de exclusão da tipicidade.
- 6.5 Teoria da ação.
- 6.6 Conduta, resultado, relação de causalidade e teorias.
- 6.7 Imputação objetiva.
- 6.8 Consumação e tentativa.
- 6.9 Desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior.

- 6.10 Crime impossível.
- 6.11 Agravação pelo resultado.
- 6.12 Descriminantes putativas.
- 6.13 Erro de tipo, erro determinado por terceiro e erro sobre a pessoa.
- 6.14 Ilícitude 6.15 Causas de exclusão da ilicitude.
- 6.16 Culpabilidade
- 6.17 Causas de exclusão da culpabilidade 6.17.1 Imputabilidade. 6.17.2 Erro de proibição.
- 6.17.3 Coação irresistível e obediência hierárquica.
- 6.18 Concurso de agentes. 6.18.1 Autoria e participação. 6.18.2 Elementares e circunstâncias.
- 7 Teoria geral da pena. 7.1 Espécies de pena. 7.1.1 Penas privativas de liberdade. 7.1.1.1 Regime de cumprimento de pena.
- 7.1.2 Penas restritivas de direitos. 7.1.3 Pena de multa. 7.2 Cominação das penas. 7.3 Aplicação da pena. 7.4 Suspensão condicional da pena. 7.5 Livramento condicional.
- 7.6 Efeitos da condenação e reabilitação.
- 7.7 Medidas de segurança.
- 7.8 Ação penal.
- 7.9 Extinção de punibilidade.
- 7.9.1 Conceito, causas gerais e específicas, momentos de ocorrência.
- 7.9.2 Prescrição: conceito, teorias, prazos para o cálculo da prescrição, termos iniciais, causas suspensivas ou impeditivas, causas interruptivas.
- 8 Crimes.
- 8.1 Crimes contra a pessoa.
- 8.2 Crimes contra o patrimônio.
- 8.3 Crimes contra a propriedade imaterial.
- 8.4 Crimes contra a organização do trabalho.
- 8.5 Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.
- 8.6 Crimes contra a dignidade sexual.
- 8.7 Crimes contra a família.
- 8.8 Crimes contra a incolumidade pública.

- 8.9 Crimes contra a paz pública.
- 8.10 Crimes contra a fé pública.
- 8.11 Crimes contra a administração pública.
- 8.12 Crimes contra o Estado Democrático de Direito.
- 9 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal.
- 10 Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de direito penal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- 1 Direito processual penal.
 - 1.1 Princípios gerais, conceito, finalidade, características.
 - 1.2 Fontes.
 - 1.3 Lei processual penal: fontes, eficácia, interpretação, analogia, imunidades.
 - 1.4 Sistemas de processo penal.
- 2 Inquérito policial.
 - 2.1 Histórico, natureza, conceito, finalidade, características, fundamento, titularidade, grau de cognição, valor probatório, formas de instauração, notitia criminis; delatio criminis, procedimentos investigativos, indiciamento, garantias do investigado, conclusão e prazos.
- 3 Ação penal. 3.1 Conceito, características, espécies e condições.
- 4 Competência. 4.1 Critérios de determinação e modificação. 4.2 Incompetência. 4.3 Conexão e continência.
- 5 Questões e processos incidentes.
- 6 Provas. 6.1 Conceito, objeto, classificação e sistemas de avaliação. 6.2 Princípios gerais da prova, procedimento probatório. 6.3 Valoração. 6.4 Ônus da prova. 6.5 Provas ilícitas. 6.6 Meios de prova: perícias, interrogatório, confissão, testemunhas, reconhecimento de pessoas e coisas, acareação, documentos, indícios.
- 6.7 Busca e apreensão: pessoal, domiciliar, requisitos, restrições, horários.
- 7 Sujeitos do processo: juiz, Ministério Público, acusado e seu defensor, assistente, auxiliares da justiça, peritos e intérpretes, serventuários da justiça, impedimentos e suspeições.
- 8 Juizados especiais criminais.

- 8.1 Termo circunstanciado de ocorrência.
- 8.2 Atos processuais.
- 8.3 Forma, lugar e tempo.
- 9 Prisão.
- 9.1 Conceito, espécies, mandado de prisão e cumprimento.
- 9.2 Prisão em flagrante.
- 9.3 Prisão temporária.
- 9.4 Prisão preventiva.
- 9.5 Princípio da necessidade, prisão especial, liberdade provisória.
- 9.6 Fiança.
- 10 Sentença criminal.
- 11 Citação, intimação, interdição de direito.
- 12 Processos dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.
- 13 Sentença: coisa julgada, habeas corpus, mandado de segurança em matéria criminal.
- 14 Processo criminal de crimes comuns.
- 15 Processo Penal Constitucional.
- 16 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas.
- 17 Disposições preliminares do Código de Processo Penal.
- 18 Processo, procedimento e relação jurídica processual.
- 19 Elementos identificadores da relação processual.
- 19.1 Formas do procedimento.
- 19.2 Princípios gerais e informadores do processo.
- 19.3 Pretensão punitiva.
- 20 Ação civil Ex Delicto.
- 21 Jurisdição e Competência.
- 22 Medidas cautelares e liberdade provisória.
- 23 Citações e intimações.
- 24 Nulidades.
- 25 Recursos em geral.
- 26 Execução das penas em espécie.
- 27 Incidentes da execução.

28 Execução das medidas provisórias. Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal.

29 Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de direito processual penal.

LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL EXTRAVAGANTE

- 1 Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003).
- 2 Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990).
- 3 Crimes resultantes de Preconceito de Raça ou de Cor (Lei nº 7.716/1989).
- 4 Crimes de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019).
- 5 Crimes de Tortura (Lei nº 9.455/1997).
- 6 Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).
- 7 Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003).
- 8 Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013).
- 9 Interceptação das Comunicações Telefônicas (Lei nº 9.296/1996).
- 10 Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei nº 7.492/1986).
- 11 Crimes Eleitorais (Leis nº 4.737/1965, 6.091/1974 e 9.504/1997).
- 12 Crimes de Trânsito (Lei nº 9.503/1997).
- 13 Execução Penal (Lei nº 7.210/1984).
- 14 Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/1995).
- 15 Crimes contra a Ordem Tributária (Lei nº 8.137/1990).
- 16 Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/2006).
- 17 Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006).
- 18 Crimes contra as Relações de Consumo (Lei nº 8.078/1990).
- 19 Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/1941).
- 20 Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998).
- 21 Identificação Criminal (Lei nº 12.037/2009).
- 22 Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010).
- 23 Investigação Criminal (Lei nº 12.830/2013).
- 24 Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013).

- 25 Crimes contra a Economia Popular (Lei nº 1.521/1951).
- 26 Crime de Genocídio (Lei nº 2.889/1956).
- 27 Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/1973).
- 28 Crimes contra a Ordem Econômica (Lei nº 8.176/1991).
- 29 Discriminação da Gravidez (Lei nº 9.029/1995).
- 30 Crimes contra a Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/1996).
- 31 Lei de Transplante (Lei nº 9.434/1997).
- 32 Crimes contra a Propriedade Intelectual de Programa de Computador (Lei nº 9.609/1998).
- 33 Lavagem de Dinheiro (Lei nº 9.613/1998).
- 34 Proteção a Vítimas e Testemunhas (Lei nº 9.807/1999).
- 35 Estatuto do Torcedor (Lei nº 10.671/2003).
- 36 Crimes Falimentares (Lei nº 11.101/2005).
- 37 Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105/2005).
- 38 Crimes de Responsabilidade (Decreto-Lei nº 201/1967).
- 39 Crimes contra o Mercado de Capitais (Lei nº 6.385/1976).
- 40 Crimes contra a Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).
- 41 Terrorismo (Lei nº 13.260/2016).
- 42 Violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente (Lei nº 14.344/2022).

MEDICINA LEGAL

- 1 Conceitos, importâncias e divisões da Medicina Legal.
- 2 Corpo de Delito, perícia e peritos em Medicina Legal.
- 3 Documentos Médico-Legais.
 - 3.1 Conceitos de identidade, de identificação e de reconhecimento.
- 4 Principais métodos de identificação.
- 5 Lesões e mortes por ação contundente, por armas brancas e por projéteis de arma de fogo comuns e de alta energia.
- 6 Conceito e diagnóstico da morte.

- 6.1 Fenômenos cadavéricos.
- 6.2 Cronotanatognose, comoriência e promoriência.
- 6.3 Exumação.
- 6.4 Causa jurídica da morte.
- 6.5 Morte súbita e morte suspeita.
- 7 Exame de locais de crime.
- 7.1 Aspectos médico-legais das toxicomanias e da embriaguez.
- 7.2 Lesões e morte por ação térmica, por ação elétrica, por baropatias e por ação química.
- 8 Aspectos médico-legais dos crimes contra a liberdade sexual.
- 9 Asfixias por constrição cervical, por sufocação, por restrição aos movimentos do tórax e por modificações do meio ambiente.
- 10 Aspectos médico-legais do aborto, infanticídio e abandono de recém-nascido.
- 11 Modificadores e avaliação pericial da imputabilidade penal e da capacidade civil.
 - 11.1 Doença mental, desenvolvimento mental incompleto ou retardado, perturbação mental.
- 12 Aspectos médico legais do testemunho, da confissão e da acareação.
- 13 Aspectos médico-legais das lesões corporais e dos maus-tratos a menores e idosos.

CRIMINOLOGIA

- 1 Criminologia.
 - 1.1 Conceito.
 - 1.2 Métodos: empirismo e interdisciplinaridade.
 - 1.3 Objetos da criminologia: delito, delinquente, vítima, controle social.
- 2 Funções da criminologia.
 - 2.1 Criminologia e política criminal.
 - 2.2 Direito penal.
- 3 Modelos teóricos da criminologia.
 - 3.1 Teorias sociológicas.

- 3.2 Prevenção da infração penal no Estado democrático de direito.
- 3.3 Prevenção primária.
- 3.4 Prevenção secundária.
- 3.5 Prevenção terciária.
- 3.6 Modelos de reação ao crime.

DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

- 1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
- 2 Pessoa natural.
- 3 Pessoa jurídica.
- 4 Personalidade.
- 5 Domicílio e residência.
- 6 Bens, diferentes classes de bens.
- 7 Fato Jurídico.
 - 7.1 Atos Jurídicos Lícitos e Ilícitos.
 - 7.2 Negócio Jurídico. 7.3 Prescrição e decadência.
- 8 Posse. 8.1 Classificação, aquisição, efeitos e perda. 8.2 Propriedade: aquisição e perda da propriedade. 8.3 Direito real sobre coisa alheia.
- 9 Responsabilidade civil. 9.1 Teoria da culpa e do risco.
- 10 Direito Empresarial. 10.1 Origem; evolução histórica; autonomia; fontes; características.
 - 10.2 Empresário: caracterização; inscrição; capacidade; teoria da empresa e seus perfis.
- 11 Teoria geral dos títulos de crédito. 11.1 Títulos de crédito: letra de câmbio; cheque; nota promissória; duplicata. 11.2 Aceite; aval; endosso; protesto; prescrição. 11.3 Ações cambiais.
- 12 Espécies de empresa. 12.1 Responsabilidade dos sócios. 12.2 Distribuição de lucros. 12.3 Sócio oculto. 12.4 Segredo comercial.
- 13 Teoria geral do direito societário. 13.1 Conceito de sociedade; personalização da sociedade.

13.2 Classificação das sociedades: sociedades não personificadas; sociedades personificadas;

sociedade simples; sociedade em nome coletivo; sociedade em comandita simples; sociedade em comandita por ações; sociedade cooperada; sociedades coligadas.

13.3 Liquidação; transformação; incorporação; fusão; cisão; sociedades dependentes de autorização.

13.4 Sociedade limitada; sociedade anônima. 13.5 Estabelecimento empresarial.

13.6 Recuperação judicial; recuperação extrajudicial; falência do empresário e da sociedade empresária.

13.7 Institutos complementares do direito empresarial: registro; nome; prepostos; escrituração; propriedade industrial.

14 Sistema Financeiro Nacional: constituição; competência das entidades integrantes; instituições financeiras públicas e privadas; liquidação extrajudicial de instituições financeiras; sistema financeiro da habitação.

15 Títulos de crédito: atributos gerais; integração das leis uniformes de Genebra no direito brasileiro; nota promissória, duplicata; cheque.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1 Normas fundamentais processuais civis. 1.1. Princípios e regras.

2 Jurisdição. 2.1 Conceito, características e princípios. 2.2 Jurisdição voluntária. 2.3 Equivalentes jurisdicionais, autotutela, autocomposição, mediação e arbitragem.

3 Competência. 3.1 Conceito, distribuição e princípios. 3.2 Classificação, modificação e fixação. 3.3 Competência interna e internacional. 3.4 Conflito de competência.

4 Provas. 4.1 Teoria geral da prova. 4.2 Provas em espécie.

5 Tutela provisória. 5.1 Tutela de urgência e tutela de evidência.,

DIREITO TRIBUTÁRIO

- 1 O Estado e o poder de tributar.
- 2 Direito tributário: conceito e princípios.
- 3 Tributo: conceito e espécies.
- 4 O Código Tributário Nacional.
- 5 Normas gerais de direito tributário.
- 6 Obrigação tributária. 6.1 Conceito e espécies. 6.2 Fato gerador (hipótese de incidência). 6.3 Sujeitos ativo e passivo. 6.4 Solidariedade. 6.5 Capacidade tributária. 6.6 Domicílio tributário.
- 7 Crédito tributário. 7.1 Conceito. 7.2 Natureza. 7.3 Lançamento. 7.4 Revisão. 7.5 Suspensão, extinção e exclusão. 7.6 Prescrição e decadência. 7.7 Repetição do indébito.
- 8 Responsabilidade tributária. 8.1 Responsabilidade por dívida própria e por dívida de outrem. 8.2 Solidariedade e sucessão. 8.3 Responsabilidade pessoal e de terceiros. 8.4 Responsabilidade supletiva.
- 9 Sistema Tributário Nacional. 9.1 Princípios gerais. 9.2 Limitações ao poder de tributar.
- 10 Os tributos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- 11 Processo judicial tributário. 11.1 Execução fiscal. 11.1.1 Exceção de pre-executividade. 11.1.2 Embargos do executado. 11.2 Ação anulatória de débito fiscal.
- 12 Do ilícito tributário: ilícito administrativo tributário, ilícito penal tributário, crimes contra a ordem tributária.

DIREITO AMBIENTAL

- 1 Princípios do Direito Ambiental.
- 2 A Constituição Federal e o meio ambiente.
- 3 A legislação brasileira florestal (Leis nº 12.651/2012, 11.428/2006, 11.284/2006 e regulamentos).
- 4 A legislação brasileira de unidades de conservação (Lei nº 9.985/2000 e regulamentos). A Proteção e a conservação da biodiversidade. A Lei nº 11.516/2007.

5 Poder de Polícia Ambiental. Crimes e infrações administrativas contra o meio ambiente (Lei nº 9.605/1998 e regulamentos). Procedimento administrativo para apuração de infrações ambientais (Decreto nº 6.514/2008). Licenciamento ambiental (LC nº 140/2011, Lei nº 6.938/1981, RESOLUÇÃO CONAMA nº 428/2010 e regulamentos).

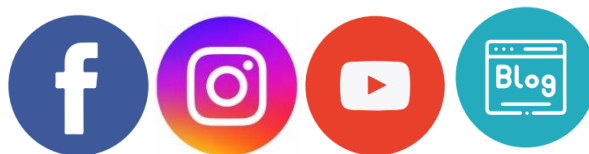
6 Organizações dos Sistemas Nacionais de Meio Ambiente e de Unidades de Conservação (SISNAMA e SNUC).

Instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981). Proteção e conservação da biodiversidade. Legislação e tratados para a proteção às espécies ameaçadas. Biossegurança e controle de Organismos Geneticamente Modificados (OGM).

7 Responsabilidade ambiental: conceito de dano e reparação ambiental.

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!